



Resposta dos credores pode vir hoje

Embora com menos ênfase que o ministro da Fazenda, Ernane Galvães — para quem “é lógico” que já está assegurada a “massa crítica” de comprometimento dos bancos, exigida pelo FMI para aprovar o acordo com o Brasil —, representantes dos bancos internacionais, ouvidos em Nova York, disseram ontem acreditar que o presidente do comitê assessor da renegociação, William Rhodes, poderá comunicar hoje ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, que as adesões ao empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões superaram 75% do total.

Galvães não quis citar cifras, argumentando que não havia recebido informações detalhadas de Nova York, e que o feriado de sexta-feira nos Estados Unidos “atraçalhou” um pouco as adesões ao pacote financeiro do Brasil. Ainda assim, frisou que as negociações “estão indo bem com os bancos e o Fundo Monetário, e acho que todos nós temos razões para estarmos satisfeitos e confiantes”.

Nos meios financeiros internacionais, apesar do otimismo sobre a possibilidade de se atingir a quantia de US\$ 6 bilhões no empréstimo para o Brasil, existe um certo ceticismo sobre os resultados reais que se obterá com esse novo crédito, que será, quando concretizado, a maior operação financeira de seu tipo na história dos bancos internacionais.

Representantes de bancos regionais dos EUA e da Europa, citados pelo New York Times, afirmam

que o jumbo provavelmente “não fará muito para aliviar os problemas da dívida externa brasileira”. Para eles, o País não será capaz de superar essa situação se o problema das altas taxas de juros, “causa da incapacidade brasileira de pagar suas obrigações no Exterior”, não for encarado de frente.

Estouro

Embora tenha admitido, a princípio, que “pode até haver” adiamento da reunião de diretoria do FMI para o dia 23, o ministro da Fazenda logo depois recuou e foi enfático: “Não tem adiamento da reunião, eu não admito que possa haver isso, e acho que no dia 18 o Fundo Monetário se reúne para aprovar nosso programa econômico. É o que está acertado”. Galvães assinalou que também não haverá nenhuma modificação nas metas acertadas para este ano, salientando que a inflação e o déficit público nominal — que já estouraram — não fazem parte dos critérios de desempenho, ou de performance, do FMI.

Ernane Galvães disse que o ministro Delfim Neto, do Planejamento, encontra-se em Washington explicando ao FMI que a inflação cairá a partir de novembro e que o déficit público real fica em 2,7% do PIB, conforme estava previsto. Ele confirmou que a viagem foi necessária para Delfim “acertar os últimos pontos” com o FMI. Conforme frisou, “esses pontos estão ligados ao recrudescimento da inflação e a superação dos números do déficit público em termos nominais”.

Diante da ponderação de que, se esses pontos não são critérios de desempenho, não haveria razão para as explicações de Delfim ao FMI, o ministro da Fazenda retrucou: “É preciso mostrar... Eu acho que também o Delfim foi lá fazer uma ação de presença política”. Além disso, assinalou, Delfim vai assegurar que as metas para o próximo ano serão integralmente cumpridas, sem a necessidade de um novo Waiver (perdão).

O ministro da Fazenda confirmou que a liberação de US\$ 3 bilhões — uma espécie de antecipação dos US\$ 6,5 bilhões em negociações — ainda precisa ser resolvida com os bancos. Depois que o comitê assessor receber todas as adesões, se partirá para a implementação dos contratos, e depois disso, então, é que se negociará o montante do que poderá ser antecipado para este ano, para o Brasil fechar o balanço de pagamentos.

Finalmente, Galvães frisou que nada impede que o prazo de adesões pelos bancos ao pacote financeiro do Brasil, que deveria ser encerrado ontem, possa ser adiado para o final de semana, para que os bancos retardatários possam aderir ao empréstimo de US\$ 6,5 bilhões.

Quanto à sua viagem ao Clube de Paris, está confirmada para o final de semana. Galvães negou enfaticamente que a reunião do FMI só seria realizada depois da decisão do Clube de Paris: “Uma coisa não tem nenhuma ligação com a outra”, assegurou Galvães.